

O impacto da Metodologia Investigação-Ação Participativa no acompanhamento a famílias beneficiárias de Rendimento Social e Inserção

Ana Rita Santos¹

Ana Bertão²

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
InED - Centro de Investigação e Inovação em Educação

RESUMO

O projeto de Investigação-Ação Participativa (IAP) “Seguir em Frente, enfrentando os desafios da vida”, desenvolvido com um grupo de mulheres beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), permitiu desenvolver a sua autoestima, ampliar a sua rede de relações interpessoais, bem como potenciar competências e interesses pessoais para o desenvolvimento do conhecimento, com recurso a estratégias colaborativas e participativas.

O projeto teve impacto nas mulheres e nas práticas dos técnicos de RSI. A metodologia utilizada exigiu a rentabilização dos recursos da comunidade e a criação de novas sinergias, numa intervenção em rede e cooperativa, mais qualitativa, eficiente e concertada. A IAP incitou a responsabilização e a autonomização, contrariando lógicas de intervenções mais tradicionais.

Palavras-chave: Rendimento Social de Inserção; (Des)qualificação pessoal e social; Investigação-Ação Participativa.

ABSTRACT

The Participatory Action Research (PAR) project “Moving Forward, Facing Life's Challenges”, developed with a group of women benefiting from the Social Integration Income (SII), allowed them to develop their self-esteem, expand their network of relationships, as well as enhancing personal competencies and interests for knowledge development, using collaborative and participatory strategies.

The project had an impact on women and practitioner practices. The methodology used required the profitability of community resources and the creation of new synergies, in a more qualitative, efficient and concerted network and cooperative intervention. The PAR encouraged accountability and empowerment, contradicting the logic of more traditional interventions.

Keywords: Social Insertion Income; Personal and Social (Dis)qualification; Participatory Action Research.

1. Introdução

O projeto de Investigação-Ação Participativa (IAP) “Seguir em Frente, enfrentando os desafios da vida” (Santos, 2017) foi desenvolvido com um grupo de mulheres beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na especialização de Ação Psicossocial em Contextos de Risco, da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto.

¹ Endereço de contacto: ana-santos-28@hotmail.com

² Endereço de contacto: anabertao@ese.ipp.pt

O RSI é uma prestação social destinada a famílias em situação de pobreza extrema (Instituto da Segurança Social – ISS, 2017), sendo um dos motivos para a sua continuidade o desemprego de longa duração (DLD), que produz efeitos desastrosos em vários domínios da vida das pessoas, expondo-as a múltiplos e concorrentes problemas. Assiste-se a um processo de desqualificação pessoal e social, marcado pela desvalorização, isolamento no espaço doméstico e diminuição da participação social, surgindo, ainda, frequentemente uma tendência para a desmotivação e acomodação perante condições de sobrevivência básica. Esta situação culmina, muitas vezes, na dependência da prestação social, à qual se associam, por vezes, estigmas e processos de marginalização (Capucha, 2005; Clavel, 2004; Duclos, 2006; Paugam, 2003; Rodrigues, 2006).

Muitas famílias beneficiárias do RSI (sobre)vivem numa realidade em que impera a diversidade, a pluralidade e a complexidade de situações e de problemas, e onde coexistem vários fatores de risco que afetam diferentes elementos, tratando-se de famílias multideseafiadas (Sousa, 2005; Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Neste contexto de risco emerge a necessidade e o desafio urgente de uma intervenção psicossocial e educativa diferenciada que se assuma como flexível, inovadora e particular, procurando bloquear processos assistencialistas e intervenções tradicionais (Boutinet, 2002; Carvalho & Baptista, 2004; Serrano, 2008), e que vise a mudança nos sujeitos, nos profissionais e nas comunidades.

Efetivamente, em contextos de RSI prevalecem lógicas institucionais de alguma forma estandardizadas, burocracia rígida e avaliação maioritariamente quantitativa, alheia ao ritmo das pessoas e onde, por vezes, se desenvolvem intervenções mais assistencialistas e substitutivas. O recurso à IAP traz consigo a qualificação da intervenção, permitindo a adequação à realidade das pessoas, entendidas como protagonistas na ação. Numa visão positiva e holística do sujeito, é possível, assim, o foco no diálogo, valorização, envolvimento e participação das pessoas, percebendo as reais necessidades, recursos e potencialidades, destas e dos diferentes contextos de vida, sendo este conhecimento co-construído fundamental para a mudança e a transformação (Carvalho & Baptista, 2004; Lima, 2003; Serrano, 2008; Timóteo & Bertão, 2012). Com estes pressupostos, a intervenção é mais colaborativa e libertadora, valoriza e centra-se nas competências das pessoas e no seu desenvolvimento, sendo estas conscientes das suas superações.

O artigo inicia-se com uma breve abordagem teórico-metodológica, que antecede a apresentação do projeto “Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida”. Relevam-se os problemas e dificuldades das mulheres participantes e coautoras do projeto, as estratégias e as ações. Os resultados do projeto serão objeto de análise no ponto seguinte, conjugando o seu duplo impacto, nas mulheres e na equipa de profissionais do RSI.

2. Rendimento Social de Inserção e Contexto de Intervenção

A legislação de base do RSI é a Lei n.º 13/2003. De acordo com o guia prático do RSI, este é um “(...) apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema (...)”, que incluiu uma prestação em dinheiro e um contrato de inserção (ISS, I. P., 2017, p. 4). O contrato de inserção (CI), “visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros” (ISS, I. P., 2017, p. 4), diz respeito a um “(...) conjunto articulado e coerente de ações, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar (...)”, que “confere um conjunto de deveres e de direitos (...)” (Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 133/2012, p. 3273) e se constitui numa condição necessária de acesso à medida (ISS, I. P., 2017, p. 5). O CI contempla a definição de um projeto de vida e integra um conjunto de ações em diferentes áreas, como o emprego, a saúde, a educação, a formação profissional, entre outros. Nesta lógica, o Núcleo Local de Inserção (NLI) é responsável por preparar os recursos e as parcerias, que possibilitem respostas para as necessidades das pessoas (Rodrigues, 2006). No entanto, há imperativos legais que determinam obrigatoriedades no âmbito do CI, assim como questões macrossistémicas que limitam a sua concretização.

O RSI é atribuído por um período de doze meses, sendo renovável, desde que continuem a estar cumpridas as condições de atribuição, o que é feito pelos serviços da Segurança Social, com base no seu sistema de informação (Portaria n.º 253/2017). Os valores do RSI são atribuídos em função dos elementos do agregado familiar, por relação a um valor de referência. Atualmente, a pessoa requerente tem direito a 189,66€ (100% do valor de referência), aos restantes adultos corresponde o valor de 132,76€ (70%) e aos elementos

menores o valor 94,83% (50%). Após este cálculo, são deduzidos todos os rendimentos consideráveis para o mesmo (ISS, I. P., 2017).

Torna-se emergente refletir acerca dos objetivos da medida que, além de procurar assegurar as necessidades essenciais, se propõe à inserção socioprofissional. Efetivamente, verifica-se que estes objetivos não se coadunam totalmente com a realidade, considerando que os valores do RSI atribuídos permitem assegurar a subsistência básica das famílias, mas mantêm-nas em situações de vulnerabilidade, no limite da sobrevivência. Apesar de permitir ter um rendimento e devolver alguma dignidade, “permite apenas evitar a mais extrema miséria” (Paugam, 2003, p. 18). Trata-se, assim, de um apoio com o qual subsistem, mas que não é suficiente, limitando o acesso a bens e serviços e conduzindo a endividamentos. Da mesma forma, as ideias preconcebidas acerca das pessoas que recebem o RSI (por exemplo, de que “não querem fazer nada”), associadas a uma certa estigmatização e inferiorização, podem colocar em risco a sua integração social, originando sentimentos de vergonha e revolta. Não raras vezes, as famílias beneficiárias do RSI são acusadas de comprometer o funcionamento da sociedade, estando a elas associados estigmas e processos de marginalização, o que, inevitavelmente, afeta a autoestima das mesmas e pode constituir-se num fator de exclusão social (Rodrigues, 2006). Por outro lado, há outra visão do RSI, por parte de quem o recebe, enquanto um direito absoluto, que acarreta obrigações desnecessárias, algumas contra a sua vontade.

Apesar das limitações da medida, a mesma é necessária até que as famílias se restabeleçam económica e socialmente. No entanto, para muitas famílias, o RSI vai persistindo, perdendo o carácter transitório, dada a dificuldade na reintegração profissional. Assim, a continuidade na situação de desemprego, cada vez mais de longa duração, impele as famílias à dependência desta prestação social e a um ciclo de problemas (Capucha, 2005; Clavel, 2004; Rodrigues, 2006). Na perspetiva de Paugam (2003), as políticas sociais têm potencial para minimizar as consequências do recurso à medida por um longo período de tempo, no entanto não são suficientes para impedir o processo de desqualificação pessoal e social, face às características da conjuntura socioeconómica.

A maioria das famílias beneficiárias da prestação de RSI é acompanhada por equipas de protocolo de RSI. A existência destes protocolos está prevista no artigo 37.º da Lei n.º 13/2003 e surge como uma estratégia que visa ganhos de eficiência, segundo o Manual de Protocolos de RSI, datado de 2011 (MP de RSI). Numa breve contextualização, estes protocolos enquadram-se na Unidade de Desenvolvimento Social e Programas do ISS, nomeadamente no Núcleo de Intervenção Social - Setor 2. A coordenação e o acompanhamento das equipas de RSI cabem aos Serviços Locais de Ação Social concelhios, através dos NLI, responsáveis pela gestão processual dos percursos de inserção das famílias.

A equipa de protocolo de RSI em que foi desenvolvido o projeto “Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida” é constituída por cinco elementos: uma Técnica Superior de Serviço Social (TSSS), uma Educadora Social, uma Psicóloga e duas Ajudantes de Ação Direta (AAD). De acordo com o Relatório de Funcionamento do Protocolo de RSI da Instituição, datado de 2015, no que respeita à distribuição processual, a equipa deve acompanhar 180 famílias, contudo este número é variável, de acordo com a necessidade de receber ou dar saída de processos. As famílias de tipologia isolada e/ou com menos problemas identificados/revelados são atribuídos à Psicóloga, que acompanha no mínimo 30 famílias, já que está responsável também por acompanhamentos psicológicos a outras famílias. As famílias em situação de maior risco, com menores com medida na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e nas Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (CPCJ e EMAT) e as restantes situações são divididas entre a Educadora Social e a TSSS. A Educadora Social acompanha, no mínimo, 60 famílias, sendo ainda responsável pela orientação e gestão do trabalho das AAD. A TSSS é técnica gestora de um maior número de famílias, no mínimo 90. Tendo por base o MP de RSI, as AAD acompanham de forma mais próxima e continuada as famílias indicadas pelas técnicas e que aceitam esse tipo de intervenção, em gabinete e/ou no domicílio, bem como prestam também apoio administrativo à equipa.

Conforme o Regulamento Interno do Protocolo de RSI da Instituição, datado de 2011, a equipa organiza-se diariamente em função da concretização de reuniões, atendimentos no serviço, visitas domiciliárias, articulações interinstitucionais e parcerias, acompanhamentos a outros serviços, tal como ações e programas em grupo. Estes momentos são fundamentais para uma intervenção de proximidade. A informatização dos processos familiares na plataforma ASIP (Ação Social Interface Parceiros) é ainda outra função da equipa.

Apesar da sua importância, por se constituir um meio facilitador do trabalho em rede e do acesso à informação, o uso desta plataforma retira tempo útil para o trabalho mais direto e próximo com as famílias. Considera-se fundamental a pluridisciplinaridade da equipa, que desenvolve a sua intervenção numa lógica de cooperação, apoiando-se na superação de obstáculos. Com efeito, atendendo à complexidade das situações, para que a intervenção seja adequada e abrangente deve ser prestada por equipas pluridisciplinares (Pinto, Grande, Novais, Rosário, & Barbieri, 2009). Tendo por base a perspetiva de Franco (2007), considera-se que nesta equipa predominam as características do modelo de funcionamento interdisciplinar. Cada um dos elementos, de diferentes ramos científicos, desempenha as suas funções em colaboração com os restantes, todos conhecem as famílias e intervêm com elas. Cada técnico gestor toma as decisões finais referentes às famílias por quem está responsável, mas estas são refletidas conjuntamente, valorizando-se a opinião geral da equipa. A partilha de informações é considerada basililar e, por isso, é frequente, existindo, assim, uma estrutura formal de interação e trabalho em equipa.

Este contexto de intervenção acarreta vantagens, nomeadamente pelo desenvolvimento de uma intervenção local, de proximidade e personalizada que, pelo maior conhecimento da realidade e do território, permite a produção conjunta de respostas para as reais necessidades das pessoas. No entanto, são também identificados diferentes constrangimentos que condicionam a ação da equipa no acompanhamento às famílias. Desde logo a insuficiência de recursos e verbas, bem como a burocratização de processos sociais, isto é, lógicas institucionais de alguma forma estandardizadas, uma burocracia exigente/rígida e uma avaliação maioritariamente quantitativa. Com efeito, estes constrangimentos tornam difícil o respeito pelo ritmo das pessoas, sobretudo pelo número elevado de famílias em acompanhamento, acarretando o risco de intervenções mais assistencialistas e substitutivas.

Neste sentido, não obstante a necessidade de alterações políticas e institucionais, a nível mais macro, pela adequação de medidas de apoio mais humanistas e menos instrumentais, considera-se essencial bloquear processos assistencialistas e intervenções tradicionais, bem como se reconhece o desafio urgente de uma intervenção psicossocial e educativa diferenciada (Boutinet, 2002; Carvalho & Baptista, 2004; Serrano, 2008). Esta premência da qualificação da intervenção faz ainda mais sentido pelo facto de este trabalho ser desenvolvido com famílias multidesafiadas, em que impera a diversidade e a complexidade, e onde coexistem diferentes fatores de risco que afetam diferentes elementos (Sousa, 2005; Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007). Por conseguinte, para que a intervenção resulte em mudanças úteis para a vida das pessoas, julga-se crucial que tenha por base os pressupostos da metodologia da IAP, envolvendo as pessoas na construção de intervenções que respondam não apenas às suas necessidades, mas também que considerem os seus recursos, potencialidades e vontade de mudar, atendendo assim às características das pessoas com quem são desenvolvidas as ações e dos contextos em que se inserem (Carvalho & Baptista, 2004; Lima, 2003; Serrano, 2008).

3. Investigação-Ação Participativa

A educação e intervenção social desenvolve-se em realidades complexas, através de interações humanas e com participação ativa dos envolvidos, pelo que devem ser privilegiadas metodologias qualitativas, em que a investigação e a intervenção acarretam uma implicação social crescente e uma prática reflexiva, bem como se sustentam em propósitos como a capacitação e o empoderamento das pessoas, no sentido da produção de conhecimento e da promoção da mudança (Carvalho & Baptista, 2004; Timóteo, 2010).

Estas metodologias permitem romper com os pressupostos positivistas do paradigma dominante, como a racionalidade, a objetividade e a universalidade (Santos, 1987), procurando conhecer uma realidade autêntica e profunda, na qual a subjetividade toma lugar, não existindo modelos de intervenção universalmente válidos e estáticos (Carvalho & Baptista, 2004). Portanto, adaptam-se à imprevisibilidade e diversidade dos contextos sociais, estando assentes nos pressupostos do paradigma sociocrítico, em que, numa perspetiva personalizada e dinâmica, o conhecimento é subjetivo e flexível, construído na interação com as pessoas, incentivando a sua participação e valorizando o conhecimento do senso comum (Santos, 1987). A transformação social acontece na presença e interação das pessoas e profissionais, fazendo ambos parte da realidade e sendo ambos essenciais para a produção do conhecimento e para a intervenção (Lima, 2003; Santos, 1987).

A IAP é, então, uma metodologia preferencial, por se enquadrar precisamente nestes pressupostos. No âmbito da IAP, valorizando a participação ativa e o conhecimento dos diferentes atores sociais, “(...) o conhecimento constrói-se em diálogo, e essa construção coautorizada não é por isso pertença de um ator, mas do investigador coletivo que a foi edificando com os contributos analisados” (Lima, 2003, p. 323). É valorizado o conhecimento local e emancipatório, pelo que as pessoas são envolvidas no processo de conhecimento e transformação e no seu próprio desenvolvimento, sendo encaradas como “(...) autores do seu próprio destino e, como tal, protagonistas privilegiados de um viver em comum”, não sendo assumidas como “(...) meros recursos, nem meros beneficiários (...)” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 52). Nesta medida, a participação e a implicação são fundamentais e devem estar presentes em todas as fases do processo, garantindo o acesso a um conhecimento mais personalizado e validado da realidade e uma intervenção mais ajustada à mesma, de modo a transformá-la e promover melhor qualidade de vida (Coutinho, 2013; Lima, 2003; Santos, 1987; Timóteo, 2010).

Nesta perspetiva, numa constante articulação entre a teoria e a prática, a IAP possibilita que os atores sociais se tornem mais capazes de produzir conhecimentos e novos entendimentos acerca dos fenómenos, tal como de desenvolver capacidades e refletir criticamente sobre a sua realidade, o que potenciará o seu desenvolvimento e a mudança (Lima, 2003). Permite, igualmente, aperfeiçoar a racionalidade e a justiça das práticas, pelo desenvolvimento crítico de ideias, bem como promover mais justiça e equilíbrio social (Carvalho & Baptista, 2004; Lima, 2003).

No entanto, apesar de a ação dos profissionais estar associada aos conhecimentos científicos e técnicos de análise e intervenção social, é de mencionar que esta ação depende essencialmente das suas atitudes e características pessoais (Carvalho & Baptista, 2004; Timóteo & Bertão, 2012). Nesta ação, numa lógica crítica e reflexiva das práticas profissionais, é essencial a existência de uma avaliação contínua.

4. Projeto “Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida”

No âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, foi desenvolvido o Projeto “Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida” (Santos, 2017). O mesmo foi desenvolvido numa equipa de acompanhamento a famílias beneficiárias do RSI, sendo que, na impossibilidade de ser desenvolvido com todas as famílias, teve como protagonistas e participantes ativas oito mulheres, com idades compreendidas entre os 34 e os 59 anos. Estas mulheres eram desempregadas de longa duração, beneficiárias do RSI há já alguns anos (entre 3 a 11 anos) e viviam, na altura, diversas situações-problema. Tinham-se encontrado na instituição algumas vezes, em sessões de esclarecimento sobre a medida social de que beneficiavam. Desejavam manter estes encontros e, em grupo, encontrar respostas para os seus problemas.

As oito mulheres autodenominavam-se “Mulheres Anónimas”, justificando o grupo como um espaço “só seu”, onde se sentiam acolhidas e compreendidas, sem que mais ninguém soubesse o que ali acontecia. Este era percebido um espaço onde os segredos eram guardados e só elas tinham acesso, pelo que preferiram manter as mesmas pessoas nos momentos de encontro e partilha, apoiando-se nas mesmas para a exploração e desenvolvimento de novas ações.

Para o desenho e desenvolvimento do projeto, as “Mulheres Anónimas” identificaram, exploraram e refletiram acerca dos seus problemas e necessidades. De modo a definir áreas de intervenção, as mesmas priorizaram três problemas: a baixa autoestima, o isolamento social e o desajuste entre as características pessoais e formativas das mulheres e as exigências e evoluções do mercado de trabalho. Foram ainda tidos em conta os interesses, recursos e potencialidades, bem como as necessidades e os constrangimentos identificados pelas próprias mulheres.

Por conseguinte, o projeto, assente numa relação de proximidade, confiança e ajuda, foi desenhado conjuntamente, com a finalidade de contrariar o processo de desqualificação pessoal e social de um grupo de mulheres beneficiárias da prestação do RSI, através de uma intervenção psicossocial em grupo. Teve como objetivos gerais desenvolver a autoestima das mulheres, ampliar a sua rede de relações, tal como potenciar competências e interesses pessoais para o desenvolvimento do conhecimento. Para a prossecução dos objetivos foram utilizadas diversas estratégias: a rentabilização de recursos da comunidade, o desenvolvimento de atividades de interesse e momentos de diversão, os encontros grupais, os exercícios de

dinâmicas de grupo, o role playing, os momentos de partilha, debate e reflexão, o brainstorming, as conversas intencionais, o workshop e as ações de formação.

Relativamente às ações, a planificação resultou da participação e discussão do grupo “Mulheres Anónimas” e da equipa de RSI. Como tal, em sessões grupais, procurou-se perceber de que forma as mulheres consideravam que as suas necessidades poderiam ser satisfeitas e o que gostariam de fazer para tal. Assim, as ações espelharam os interesses e gostos do grupo, utilizados como recurso para a sua valorização e capacitação. Estas ações foram também refletidas com a equipa, em conversas intencionais, promovendo a reflexão sobre os problemas e as práticas comuns.

O projeto foi constituído por duas ações, estando ambas interligadas e centradas no grupo de mulheres, procurando superar as necessidades apresentadas e contrariar o processo da profecia autocumprida da desqualificação pessoal e social. A Ação 1 foi denominada pelo grupo como “O cantinho das Anónimas” e pode, de alguma forma, identificar-se pelo “estar em grupo”, sendo que foram desenvolvidas sessões em conjunto com a Psicóloga da equipa de RSI e uma sessão de manicure, com participação da equipa do Programa Escolhas, como incentivo aos cuidados de imagem pessoal. É ainda de mencionar que a Ação 1 não se delimitou a estas sessões, sendo transversal a todo o projeto, decorrendo em simultâneo com a Ação 2, já que se manteve o espaço para as partilhas e reflexões em todos os encontros. A Ação 2 designada pelo grupo como “As Anónimas em ação”, foi desenvolvida com a participação e colaboração do Programa Escolhas com intervenção na freguesia. Nesta ação, foram combinadas as áreas de interesse e necessidades das mulheres, com o desenvolvimento de sessões em diferentes áreas: informática, emprego, informática vs emprego, informática vs culinária e culinária.

De referir que o projeto decorreu entre novembro de 2016 e julho de 2017, com regularidade semanal, em encontros grupais. Paralelamente, com as mulheres decorreram atendimentos no serviço com a técnica gestora do RSI, visitas domiciliárias e articulação com outros serviços, quando necessário.

5. Resultados do Projeto: o impacto da metodologia da IAP

Pela avaliação do projeto, realizada com o grupo de mulheres e com a equipa de RSI, realça-se a valorização e satisfação pessoal alcançada, ao longo dos encontros grupais e do desenvolvimento das duas ações. A capacidade revelada pelas mulheres de conversar e partilhar em grupo, expondo as suas opiniões e participando nos momentos de discussão e partilha, estimulou o auto e heteroconhecimento, nomeadamente pela identificação e reconhecimento de competências e qualidades pessoais e grupais. A maior confiança e segurança pessoal e grupal produziram ainda ganhos progressivos ao nível da participação, envolvimento e motivação do grupo nas diferentes atividades. Da mesma forma, a (auto)confiança e a valorização produziram efeitos positivos ao nível da autoestima das mulheres e reconhecimento de si próprias. Verificou-se que, além de terem sido estimulados, os cuidados pessoais também se desenvolveram naturalmente, pois as mulheres saíam de casa para conviver com outras pessoas e “mostrar-se”, contribuindo igualmente para isso a maior valorização pessoal e vontade de cuidar de si.

O projeto contribuiu igualmente para a ampliação das relações e para o fortalecimento dos laços. A partir da identificação e aproximação grupal, foram fortalecidas relações e desenvolvido um sentimento de pertença ao grupo, que se foi tornando mais consistente, constituindo-se numa verdadeira rede de suporte e apoio, assemelhando-se a um grupo de autoajuda (Lieberman, 1998). Podem referir-se, como exemplo, o apoio entre si na procura de habitação, a troca de roupas entre filhos, bem como o apoio emocional e as relações de amizade criadas, com potencial para apoiar em situações de crise. Nos encontros grupais sempre prevaleceu a compreensão, a aceitação, o respeito e a autenticidade. A partilha, o convívio e a interação estimularam a vontade de conviver e a criação de relações, assim como contrariaram o isolamento social e a tendência para o fechamento no seio familiar. Lembrando a perspetiva de Capul e Lemay (2003, p. 152), o grupo encontrou “(...) um prazer feito de cumplicidade, de pertença, de acolhimento mútuo e, finalmente, de partilha gratuita de uma alegria experimentada simultaneamente”, que lhes permitiu alcançar também um sentimento de realização pessoal.

A Ação 2, centrada em áreas de interesse do grupo (informática, culinária e emprego), possibilitou o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais e profissionais, que resultaram na valorização e satisfação pessoal. É de salientar que o mesmo foi possível, já que as ações se desenvolveram a partir dos

próprios interesses do grupo, como forma de valorização e conhecimento, em momentos de diversão e ocupação de tempos livres (encontros grupais, ações de educação não formal, workshop, festa), planeados e organizados pelas próprias. As mulheres sempre realçaram como motivador o facto de as atividades se desenvolverem em grupo e a partir dos seus interesses, bem como a partilha em grupo, o carinho conquistado e as amizades construídas.

No âmbito da Ação 2, embora não estando inicialmente previsto, as mulheres contactaram com os jovens que frequentavam o Programa Escolhas, o que se revelou importante, na medida em que proporcionou às mulheres não só momentos de descontração e diversão, como também de valorização, reconhecimento e sentimento de utilidade por possibilitar momentos diferentes aos jovens e estes mostrarem entusiasmo, contentamento, interesse e satisfação. Para os jovens, foi igualmente positivo, promovendo o seu envolvimento ativo em atividades do seu interesse e a satisfação pela troca de conhecimentos.

Em suma, como resultados do projeto, verificou-se a apropriação e a valorização de conhecimentos e recursos pessoais e interpessoais, tal como a demonstração e o reconhecimento de potencialidades e competências, que incitaram um elevado interesse, empenho e satisfação pelas atividades, uma maior valorização e confiança, um sentimento de utilidade e crença nas suas capacidades, assim como uma crescente autonomia, motivação e capacidade de iniciativa e adaptação. Com efeito, as mulheres mostraram-se capazes de planear e organizar atividades, responsabilizando-se e assumindo compromissos, tal como manifestaram maior facilidade em desenvolver expectativas mais positivas. Destacam-se também as relações de amizade, que ultrapassaram o projeto, bem como o apoio mútuo e a rede de suporte que surgiu. Realça-se a vontade de sair e conviver, não se isolando nem se fechando no espaço doméstico. Ao longo do projeto, assistiu-se ao desenvolvimento de cada uma das mulheres do grupo e ao impacto dos saberes adquiridos no quotidiano destas. De referir ainda a integração profissional e formativa de duas das mulheres, tal como o contacto às mulheres por uma associação local para o desenvolvimento de novas ações.

Face ao descrito e analisado, de forma geral, o desenvolvimento do projeto permitiu a satisfação das necessidades identificadas pelas participantes, através da concretização dos objetivos definidos, por via das estratégias utilizadas e das ações desenvolvidas. Neste sentido, foi possível desenvolver a autoestima das mulheres e contrariar o isolamento social, bem como (re)qualificar a imagem de si próprias. As mulheres passaram a sentir-se mais úteis e valorizadas, confiantes e seguras, integradas e pertencentes a um grupo. Nesta medida, considera-se que os resultados alcançados são, sem dúvida, vitórias para estas mulheres, agora mais preparadas e conscientes da necessidade de mudança.

No entanto, admite-se que não foram alcançadas modificações estruturais na vida de cada uma das mulheres que permitissem que deixassem de beneficiar da prestação do RSI ou ultrapassassem definitivamente os problemas priorizados, no sentido em que se mantêm numa situação de DLD e continua a verificar-se o desajuste entre as suas características pessoais e formativas e as exigências e evoluções do mercado de trabalho. A este nível, deve ser refletido que se exigiram também mudanças a um nível mais macrossistémico, nomeadamente na conjuntura social, política e económica, pois não é possível encarar o problema do desemprego como sendo individual e de cada sujeito.

O desenvolvimento do projeto possibilitou ainda o alcance de resultados indiretos, nomeadamente nas práticas profissionais. O contacto privilegiado com outras famílias e jovens em acompanhamento pela equipa de RSI e Programa Escolhas, tal como a maior articulação entre ambas as equipas permitiram a aproximação às famílias e a construção de novos olhares. Efetivamente, foi possível não só partilhar conhecimentos e experiências, como também rentabilizar intervenções e espaços, a partir de um trabalho em rede. Um outro resultado a destacar diz respeito à reflexão acerca das práticas profissionais, o que espoletou mudanças na forma de olhar e intervir, com maior partilha entre os elementos da equipa e uma atitude mais crítica, flexível e reflexiva perante a realidade, que culminam na procura de intervenções mais concertadas e sustentadas.

Há ainda a considerar que, para o desenvolvimento do projeto, tornou-se fundamental a rentabilização de recursos da própria equipa, da instituição e da comunidade envolvente. Efetivamente, o trabalho em rede e a integração dos serviços da comunidade constituíram-se como elementares, sendo que sem estes não seria possível desenvolver as ações previstas.

6. Reflexões finais

O desenvolvimento do projeto “Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida” (Santos, 2017), possibilitou o reconhecimento, a valorização e a aquisição de competências e potencialidades de um grupo de mulheres beneficiárias do RSI, em situação de DLD, partindo dos problemas e necessidades por si identificadas, assim como dos seus recursos pessoais e da comunidade. Neste sentido, privilegiando-se a metodologia da IAP, estas mulheres tornaram-se as protagonistas na ação, tendo um papel ativo e participativo ao longo de todo o processo, que se desenvolveu num trabalho de cooperação, corresponsabilização e partilha (Lima, 2003; Santos, 1987). A intervenção psicossocial desenvolvida em grupo, a par do envolvimento das pessoas e da rentabilização dos recursos da comunidade assumiram-se, assim, como fundamentais para o desenvolvimento e potenciação de fatores de proteção, que permitem enfrentar as situações de risco em que as famílias se encontram, favorecendo uma cidadania mais ativa e menos conformista (Timóteo & Bertão, 2012).

As “Mulheres Anónimas”, em representação de um grupo estigmatizado e desvalorizado, mostraram as suas enormes potencialidades e capacidades. Efetivamente, apesar dos rótulos e da desqualificação a que as pessoas beneficiárias de RSI estão sujeitas, as mesmas possuem potencialidades e merecem respeito, valorização e aceitação, para que consigam elas próprias ultrapassar os seus desafios. Por conseguinte, foi elementar a valorização das suas capacidades, a par da obtenção de novos recursos, tornando possível o “(...) o desenvolvimento da autoestima, da autoconfiança, do autoconhecimento, das relações familiares e sociais, dotando de estratégias que permitam a superação e a resolução das crises que provocam o bloqueio das competências” (Ferreira, 2011 citado por Almeida et al., 2016, p. 62). Nesta medida, a intervenção no âmbito da IAP tornou-se mais colaborativa e libertadora, centrando-se nas próprias pessoas e no seu desenvolvimento, sendo estas conscientes das suas superações.

É certo que o projeto não permitiu suprimir totalmente o processo de desqualificação pessoal e social em que o grupo se encontrava, no entanto permitiu que o mesmo desenvolvesse e reforçasse recursos e potencialidades no sentido de o enfrentar, não agindo de acordo com as representações da desqualificação social. De acordo com Costa e Brandão (2005) e Sluzki (1997), citados por Almeida, Ferreira, Souza e Serrão (2016), a (re)ativação de redes sociais é crucial para o desenvolvimento e reconhecimento pessoal, assim como para a construção da sua identidade e autoimagem. Considerando ainda as interinfluências entre as diversas áreas e os diferentes sistemas em que estas mulheres participam, o facto de o grupo se encontrar mais capacitado produz ganhos em vários níveis da sua vida, permitindo ter mais recursos para enfrentar o processo de desqualificação pessoal e social.

Com efeito, apesar dos constrangimentos existentes neste contexto de intervenção, o desenvolvimento do projeto, com recurso à metodologia da IAP, tornou possível a concretização de uma intervenção mais qualitativa e promotora do envolvimento e participação das pessoas beneficiárias do RSI, conduzindo à reflexão acerca das formas de intervenção desenvolvidas e equacionando a abertura a modificações nas mesmas, no sentido de as favorecer. Efetivamente, a reflexão acerca das práticas profissionais acarretou uma ainda maior atenção e disponibilidade para responder às necessidades das famílias, numa lógica de cooperação e envolvimento mútuo. Como tal, as estratégias mais colaborativas e participativas tiveram impacto não só no grupo, como também nas práticas profissionais e na comunidade, sendo que as novas sinergias criadas favoreceram o trabalho em rede, mais cooperativo e concertado.

Em suma, a partir dos resultados apresentados, conclui-se que a partir da IAP foi possível o desenvolvimento de uma intervenção mais qualitativa, flexível, inovadora e particular, adequando-se à realidade das pessoas, entendidas como protagonistas na ação. Neste sentido, considera-se que a IAP efetivamente contribui para a responsabilização e autonomização, contrariando a dependência das intervenções mais tradicionais (Almeida, Ferreira, Souza, & Serrão, 2016). De facto, é a partir destes pressupostos que se julga possível melhorar as práticas e investir em intervenções mais adequadas e ajustadas, numa lógica mais contextualizada e humanista e menos instrumental, para um trabalho mais rico com as famílias, numa abordagem mais qualitativa e numa lógica de utopia graduada (Freire, 2002).

Referências

- Almeida, M., Ferreira, M., Souza, P., & Serrão, C. (2016). A educação social e as famílias multidesafiadas: Reflexões sobre um trajeto estimulado. *Praxis Educare*, 3(1), 57-64.
- Boutinet, J. (2002). *Antropologia do projeto*. Lisboa: Artmed.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção Social*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica* (8ª Ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão: Compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.
- Decreto-Lei n.º 133/2012. *Ministério da Solidariedade e da Segurança Social*. Diário da República - 1ª Série - N.º 123 de 27 de junho de 2012, 3270-3304.
- Duclos, G. (2006). *A auto-estima, um passaporte para a vida*. Lisboa: Climepsi.
- Franco, V. (2007). Dimensões transdisciplinares do trabalho em equipe em intervenção precoce. *Interação em Psicologia*, 11(1), 113-121.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Guerra.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2017). *Guia prático: Rendimento social de inserção*. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/24709/8001_rendimento_social_insercao/75f2f024-aeac-42dc-81ad-503ab0e9c441.
- Lieberman, M. (1998). Grupos de autoayuda. In H. Kaplan & B. Sadock, *Terapia de grupo* (pp. 321-334). Madrid: Panamericana, S. A..
- Lei n.º 13/2003. *Revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de junho, e cria o rendimento social de inserção*. Diário da República - I Série-A - N.º 117 de 21 de maio de 2003, 3147-3152.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: Desenvolvimento local e investigação participativa - Animação Comunitária* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, A., Grande, C., Novais, I., Rosário, H., & Barbieri, M. (2009). Intervenção precoce: Uma abordagem dimensional do desenvolvimento humano. In G. Portugal (Org), *Ideias, projectos e inovação no mundo das crianças: O percurso e a presença de Joaquim Bairrão* (pp. 47-62). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Portaria n.º 253/2017. *Trabalho, Solidariedade e Segurança Social*. Diário da República - 1ª Série - N.º 152 de 8 de agosto de 2017.
- Rodrigues, E. (2006). *Escassos caminhos: Os processos de imobilização social dos beneficiários do rendimento social de inserção* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Santos, B. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, A. (2017). *Projeto "Seguir em frente, enfrentando os desafios da vida" – Uma intervenção psicossocial com um grupo de mulheres beneficiárias de RSI* (Tese de Mestrado não publicada). Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, L. (2005). *Famílias multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: Desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi.
- Timóteo, I. (2010). *Educação social e relação de ajuda. Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas* (Tese de Mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26.